



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Brito Delabona Boutin, Aldimara Catarina; Flach, Simone de Fátima
Juventude e participação social: concepções que orientam ações e políticas para os
jovens brasileiros

EccoS Revista Científica, núm. 41, septiembre-diciembre, 2016, pp. 189-205

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71550055013>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM AÇÕES E POLÍTICAS PARA OS JOVENS BRASILEIROS

YOUTH AND SOCIAL PARTICIPATION: CONCEPTS THAT GUIDE
ACTIONS AND POLICIES FOR YOUTH BRAZILIAN

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin

Doutoranda em Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Paraná – Brasil
audiboutin@hotmail.com

Simone de Fátima Flach

Doutora em Educação. Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Paraná - Brasil
eflach@uol.com.br

RESUMO: A partir de pesquisa documental e bibliográfica, o artigo apresenta considerações a respeito das concepções sobre juventude defendidas por algumas organizações não governamentais (ONGs) que se propõem desenvolver ações junto aos jovens. A partir do materialismo histórico e dialético e considerando a urgência da reflexão sobre tais concepções no delineamento e fortalecimento de ideologias que legitimam o sistema capitalista, inicialmente apresenta uma reflexão sobre a temática da juventude na agenda dos organismos internacionais e as influências dos mesmos na definição de políticas públicas para a juventude. Posteriormente analisa as concepções predominantes nos projetos de algumas ONGs que atuam junto à juventude. Conclui-se que as concepções defendidas pelos organismos internacionais estão presentes nas ONGs analisadas e que a participação juvenil pode promover a conscientização sobre a urgência da superação do capitalismo e conduzir a um processo de emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Participação juvenil. Participação social.

ABSTRACT: From documentary and bibliographic research, the article presents considerations about the concepts of youth advocated by some non-governmental organizations (NGOs) that propose to develop actions with young people. From the historical and dialectical materialism and considering the urgency of reflection on these concepts in the design and strengthening of ideologies that legitimize the capitalist system initially presents a reflection on the youth issue on the agenda of international organizations and the influence thereof on the definition of public policies for youth. Later analyzes the prevailing conceptions in projects of some NGOs who work with youth. In conclusion: the concepts advocated by international organizations are present in the analyzed NGOs and youth participation can raise awareness of the urgency of overcoming capitalism and lead to a process of emancipation.

KEYWORDS: Youth. Youth participation. Social participation.

Introdução

No contexto atual, a temática da juventude vem ocupando posição de destaque nas políticas públicas, conforme ressaltam as pesquisas de Souza (2008), Clementino (2011), Aquino (2009), entre outros pesquisadores que desenvolveram reflexões acerca de tal questão.

No entanto, é importante, destacar que, embora as políticas públicas para a juventude se apresentem em diferentes programas governamentais e até mesmo nos projetos de ação de algumas instituições que desenvolvem trabalhos junto aos jovens, é fundamental problematizar sobre as contribuições de tais políticas e projetos desenvolvidos para um processo de emancipação no atual contexto social.

Este artigo tem como objetivo central discorrer sobre as concepções apresentadas nos direcionamentos das políticas públicas para a juventude defendidas por agências internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Banco Mundial e, a partir disso, refletir em que medida as concepções defendidas por essas agências se fazem presentes no discurso de algumas organizações não governamentais (ONGs) como a Fundação Odebrecht, o Instituto Sou da Paz e a Pastoral da Juventude do Meio Popular, as quais vêm ocupando local de destaque no desenvolvimento de ações junto aos jovens brasileiros.

Pautado no objetivo apresentado, o artigo estrutura-se em duas partes. Na primeira, intitulada de *A participação juvenil na ótica das agências internacionais*, discorre-se sobre algumas conferências internacionais, iniciadas a partir da década de 1990 que trataram sobre a temática da juventude. A discussão ressalta que, para as agências internacionais, a atividade juvenil “comprometida” com a atividade social é compreendida como uma estratégia para o desenvolvimento social.

Na segunda parte, intitulada *Juventude e participação como meios de transformação social*, são estabelecidas algumas reflexões sobre as concepções defendidas por algumas organizações não governamentais (ONGs), como a Fundação Odebrech, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e o Instituto Sou da Paz, instituições estas que, entre outras atividades, também se propõem a desenvolver trabalhos jun-

to à juventude. Discute-se sobre o modelo de participação defendido para essas instituições e suas contribuições para a conservação do modo de produção capitalista.

As reflexões finais enfatizam que as concepções apresentadas na agenda dos organismos internacionais e adotadas em larga escala pelas referidas ONGs no Brasil contribuem para a anulação política do jovem. No entanto, o artigo também deixa claro que, embora se imponham limites à participação juvenil eficaz e comprometida com o rompimento da exploração apresentada no atual modelo de sociabilidade, os jovens podem contribuir, atuando junto à classe trabalhadora, de forma a buscar a ampliação dos direitos sociais e, ainda, difundindo um novo conceito para a participação juvenil, que ultrapasse o modelo conservador atualmente hegemônico.

A participação juvenil na ótica das agências internacionais

Ao analisar os processos sociais nos quais os jovens se inserem, faz-se necessário pensar sobre esses sujeitos, quem são, por que são, como estão e atuam na atual forma de organização social. Por isso, pensar nos jovens implica compreender um conceito mais amplo, caracterizado pelo termo *juventude*.

A juventude é uma etapa da vida não delimitada pelo tempo de existência, mas profundamente marcada pelas ações e opções tomadas, individual e coletivamente, pelas pessoas que assim se definem. Nesse sentido, é marcada e influenciada pelo meio social, pois o sujeito nasce inserido em um modelo estruturado de sociedade, a qual não dependeu de suas escolhas e nem “foi produzida por ele” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 46). Por isso, a juventude é resultado das múltiplas determinações que influenciam a formação do sujeito em diferentes pontos geográficos, históricos, econômicos e sociais. Nesse sentido, não é possível ter um conceito ou definição única sobre o significado de juventude.

Costa e Vieira (2006) explicitam que as relações sociais contribuem para a existência de diferentes juventudes. Nesse sentido, a juventude não se constitui em uma classe social nem possui “identidade universal pró-

pria” (SANFELICE, 2013, p. 67). Os jovens se diferenciam pelos comportamentos que assumem e pelas convenções sociais. Assim, é possível afirmar que não há um único perfil para os jovens, uma vez que eles assumem características que vão ao encontro da realidade social e econômica em que se inserem.

No entanto, não podemos desconsiderar a existência de um entendimento que rejeita a existência de diferentes juventudes. Essa forma de entender a juventude padroniza os jovens, os ignora enquanto sujeitos individuais inseridos em diferentes contextos, defendendo um único modelo de participação juvenil como se os objetivos e interesses fossem homogêneos. De forma geral, esse entendimento direciona as ações dos jovens em uma perspectiva reformista da sociedade, adotando a mesma proposta de atividades participativas para diferentes juventudes. Segundo Souza (2008), a participação nessa perspectiva colabora para a anulação da atividade política do jovem, pois:

É um tipo de participação baseada na atividade, em realizações concretas, ou seja, em fazer. As atividades ou realizações concretas, ou esse fazer consistem, na maior parte das vezes em trabalho não remunerado em prol de um grupo determinado de pessoas, grupo em que se inclui, não raro, o próprio trabalhador, referido como voluntário. Desse modo, fazer trabalho voluntário equivale a encontrar soluções concretas para problemas reais e é identificado com participação cidadã. (SOUZA, 2008, p. 12-13).

A defesa por esse modelo de participação não é novidade, visto que teve sua origem na agenda em que os organismos internacionais propuseram políticas públicas para a juventude. De acordo com Souza (2008), o “marco inicial do discurso internacional sobre a juventude” pode ser identificado no ano de 1985, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) o reconheceu como “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. Mais tarde, na década de 1990 houve a priorização sobre a temática da juventude, por parte das agências internacionais.

A concepção que defende o modelo de participação juvenil centrada em projetos de melhorias e reformas sociais, dessa forma, surgiu como

resultado de algumas conferências internacionais, datadas da década de 1990, dentre as quais o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2010) elegeu o Programa Mundial de Ação para a Juventude até o ano 2000 e além (PMAJ) como o “[...] documento de maior fôlego das Nações Unidas sobre a juventude” (UNFPA, 2010, p. 30).

O referido programa da ONU trouxe uma série de direcionamentos para a implementação de políticas públicas para a juventude. Para isso elencou dez áreas prioritárias de ação: educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, drogas, delinquência juvenil, lazer, mulheres jovens e participação. Em 2003, o referido programa incorporou cinco novas áreas prioritárias de ação: globalização, tecnologia de informação e comunicação, HIV, prevenção de conflitos e relação entre gerações. (ONU, 2004, p. 9).

Dessa forma, o PMAJ da ONU priorizou as quinze áreas de ação, nas quais os governos se comprometeram a executar políticas públicas “[...] visando melhorar a qualidade de vida dos jovens” (ONU, 2004, p. 9), e a educação, elencada como a primeira área de ação do referido programa da ONU, se enquadra como “[...] o fator mais importante para que os jovens possam ter um futuro produtivo e responsável” (ONU, 2004, p. 20).

Como estratégia para ampliar a qualidade do ensino, o citado programa da ONU defendeu “[...] a participação dos estudantes como parceiros, revisando e renovando o sistema educacional” (ONU, 2004, p. 20). Essa participação tão enfatizada pela ONU, dentre outras atividades, também está associada ao engajamento em “[...] serviços comunitários e voluntários que envolvam os jovens” (ONU, 2004, p. 24).

Dessa forma, o PMPJ da ONU, ao pautar suas argumentações na defesa do envolvimento dos jovens em projetos que contribuem “[...] para um mundo melhor e que suas demandas sejam consideradas parte da solução e não do problema” (ONU, 2004, p. 7), colabora para a redução do protagonismo juvenil a mera atividade social.

A participação juvenil pautada na atividade social ainda se fez presente em diferentes fóruns internacionais sobre juventude. A Conferência Mundial de Ministros responsáveis pelos jovens, realizada em 1998, organizada pela ONU em parceria com o governo português, é um dos exemplos desse movimento. Nesta Conferência foi aprovada a Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude, documento que enfatizou a im-

portância da participação juvenil, educação, emprego, saúde e abuso de drogas, considerados itens prioritários pelo PMPJ (UNFPA, 2010).

A Declaração de Lisboa ainda ressaltou a importância no desenvolvimento de programas voltados para o combate à pobreza e a participação com vistas à “[...] incorporação da perspectiva do jovem nas políticas e programas nacionais” (ONU, 2004, p. 8). Concepções semelhantes são apresentadas no documento *Guia para a participação no IX Fórum de juventude da UNESCO*, o qual comprehende participação como:

O conceito de participação significa envolvimento ativo, informado e voluntário das pessoas na tomada de decisões e na vida de suas comunidades (tanto local quanto globalmente). Participação significa trabalhar com e por pessoas e não apenas trabalhar para elas. [...]. (UNESCO, 2014, p. 18).

A partir das reflexões apresentadas, é possível perceber que para as agências internacionais, a atividade juvenil “comprometida” com a atividade social se insere como uma estratégia para o desenvolvimento social, uma vez que os jovens seriam os atores que colocariam em prática os projetos comprometidos com reformas sociais. Assim, de acordo com a concepção dessas agências, as atividades juvenis contribuiriam para o desenvolvimento social.

O desenvolvimento social, de acordo com o entendimento das agências internacionais é facilitado por meio da ampliação da qualidade de educação. A educação para a juventude, conforme exposto foi elencada como a primeira área prioritária de ação para a ONU, o que vai ao encontro das reformas para a educação, iniciadas a partir da década de 1990 e sugeridas pelos mesmos organismos internacionais aos países emergentes (GAJARDO, 2012).

A década de noventa caracterizou-se pela dedicação de tempo, talento e recursos importantes às tarefas de modernizar a gestão de sistemas de educação pública, oferecer a todos iguais oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, fortalecer a profissão docente, aumentar o investimento educacional a abrir

os sistemas de educação e ensino às demandas da sociedade. (GAJARDO, 2012, p. 333).

Essas reformas, para Ball (2014), se estruturaram sobre as ideologias neoliberais e ressaltam concepções gerencialistas, pois incorporam um conjunto de estratégias que valorizam seres empreendedores e autogovernáveis, ou seja, “sujeitos sociais híbridos”, “[...] eticamente maleáveis, capazes de falar as linguagens do público, do valor privado e filantrópicos” (BALL, 2014, p. 230).

Peroni (2003) expõe sobre a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em 1990 na Tailândia, que contou com a presença de cerca de 155 países e foi patrocinada por organismos como: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Banco Mundial. Segundo a mesma autora, essa conferência norteou o desenvolvimento das políticas educacionais para os países em desenvolvimento, visto que foram delineados projetos e estratégias que tanto pretendiam minimizar o papel do Estado na manutenção da educação quanto transferir para a sociedade civil tarefas cuja responsabilidade seria de incumbência do Estado.

Gonzállez e Moura (2009) contribuem discorrendo sobre outros documentos¹ de autoria das agências internacionais, os quais reconhecem a educação fundamentalmente importante para o desenvolvimento dos países e ressaltam a importância do comprometimento com ações voltadas para o voluntariado. Tais questões incidem diretamente na diminuição do papel das instituições públicas para a promoção de serviços essenciais à população.

Nesse sentido, é possível perceber um esforço, por parte das agências internacionais, para a difusão de concepções comprometidas com projetos de reforma social. Tais reformas são colocadas em prática por meio dos projetos propostos para a educação aos países em desenvolvimento. Essas propostas se apresentam em larga escala nas políticas públicas para a juventude e são mais facilmente evidenciadas nos projetos educacionais para jovens e adolescentes.

Souza (2008) destaca que, em relação às políticas para a juventude, o Brasil tem procurado atender às recomendações dos organismos inter-

nacionais. Essas recomendações se refletem nos discursos de políticas e projetos levados a cabo tanto por instituições governamentais como por organizações não governamentais (ONGs), conforme abordado a seguir.

A participação juvenil como meio de transformação social?

A defesa do modelo de participação juvenil centrado em atividades comprometidas com reformas sociais também pode ser evidenciada nas concepções em que as organizações públicas não estatais (Terceiro Setor) “[...] protagonizam de forma voluntária e solidária a função social constitucionalmente atribuída ao Estado, na modalidade de ajuda, de filantropia” (MONTAÑO, 2008, p. 38).

O Terceiro Setor e a Terceira Via², ao passo que defendem concepções democráticas³, também defendem que esta garanta comprometimento com a “[...] execução de tarefas que deveriam ser do Estado, principalmente as políticas sociais” (PERONI, 2013, p. 4). É nesse sentido que o modelo político descrito assegura que a solidariedade

[...] rege-se por um princípio universalista, todos contribuem para financiar [...] serviços de assistência, a saída destas respostas da órbita estatal reforça a substituição paulatina da solidariedade baseada em direitos universais pelas formas particulares e voluntárias de solidariedade [...]. (PERONI, 2008, p. 44).

A defesa pelo modelo de participação em que o jovem é o protagonista de diferentes mudanças no campo social é apresentado nas concepções do Terceiro Setor, o que, para Costa (2001), contribui para o bem comum e para o desenvolvimento de competências e habilidades que mais tarde seriam importantes para o desempenho do jovem no mundo do trabalho.

Das competências e habilidades elencadas por Costa (2001, p. 58), destacamos:

- a) comunicar-se com pessoas e instituições fora de seu mundo cotidiano;

- b) planejar e aprender a lidar com pessoas, tempo e materiais e recursos financeiros;
- c) dar e receber instruções, ordens e orientações;
- d) liderar e deixar-se liderar;
- e) criticar e ser criticado;
- f) coordenar atividades grupais;
- g) improvisar diante de situações imprevistas, agindo de acordo com princípios, valores e interesses do grupo;
- h) aprender a lidar com êxitos e fracassos;
- i) desenvolver o espírito solidário e ação cooperativa.

As competências e habilidades explicitadas pelo referido autor não apenas colocam em evidência as concepções gerencialistas típicas das políticas neoliberais, como também estimulam a participação juvenil em projetos de assistência social, o que apresenta entre outras consequências a inibição da participação contestatória pautada na busca pela ampliação dos direitos e na superação da sociedade capitalista.

A participação contestatória e comprometida em desvelar os limites do capitalismo pode contribuir para a verdadeira transformação da sociedade. No entanto, a partir de uma concepção marxista (MARX; ENGELS, 1999), entendemos que somente a classe trabalhadora pode romper com a situação de exploração a que está exposta, visto que representa, verdadeiramente, a “classe revolucionária” (LESSA; TONET, 2012, p. 59). Nesse sentido, os jovens podem ser parceiros importantes neste processo, uma vez que podem contribuir para “[...] difundir a consciência socialista revolucionária anticapitalista no seio da classe operária”, conforme expõe Mandel (1979, p. 48).

Dessa forma, a ênfase dada por Costa (2001) para o envolvimento dos jovens em atividades centradas na solidariedade, na colaboração e na ajuda aos mais necessitados, incorre no fortalecimento da perspectiva que defende o protagonismo juvenil centrado na realização de atividades reformistas.

Perspectivas pautadas em ideologias semelhantes a esta inibem a percepção crítica dos problemas que decorrem da sociedade do capital, o que se insere como um fator que “[...] inibe a possibilidade de superação

do capitalismo”, pois, entre outros fatores “[...] o que mantém o capital é a estrutura ideológica sobre o qual ele se assenta” (MARX, 2009, p. 67).

As concepções ideológicas que contribuem para o conformismo em relação ao sistema capitalista são apresentadas em larga escala nos projetos direcionados para a juventude de algumas instituições não governamentais. As pesquisas de Souza (2009, p. 4) explicitam que, no Brasil, a instituição pioneira no uso e “[...] consolidação do enunciado protagonismo juvenil” foi a Fundação Odebrech, a qual passou a atuar no desenvolvimento de projetos que estimulavam a participação juvenil comprometida com o assistencialismo.

Para a Fundação Odebrech (2016, p. 1-2):

Educar e servir são duas artes que não se contrapõem, elas se complementam. Essas duas artes visam eliminar os problemas, transformando-os em oportunidades. A arte de educar deve estar sempre na vanguarda. [...]

Quem verdadeiramente ensina passa realmente pelo aprender, sendo modesto em saber ajudar. O aprender tem seu fundamento na liberdade individual.

É nesse sentido que, para a Fundação Odebrecht, a prática do voluntariado se articula com a tarefa de educar. Ensinar, neste ponto de vista tem ampla relação com o ato de servir, o qual significa transformar os problemas em oportunidades.

As publicações direcionadas para a população jovem, patrocínadas pela Fundação Odebrech, ressaltam os mesmos aspectos. No livro *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*, publicado em 2006, pela Fundação Odebrech e de autoria de Antonio Carlos Gomes da Costa e Maria Adenil Vieira (2006, p. 21-22), o protagonismo juvenil se relaciona com “[...] a preparação para a cidadania [com] a atuação criativa, construtiva e solidária [para a] solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla”. Assim:

A proposta do protagonismo juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e

influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos. (COSTA; VIEIRA, 2006, p. 126).

Os autores colocam em evidência, na referida publicação, as concepções presentes na ideologia da Fundação Odebrech. Para estes, o jovem seria o protagonista das transformações sociais e estas seriam possíveis por meio da atuação solidária a qual é por eles chamada de atuação criativa. Concepções semelhantes defendem os autores Silva e Moraes (2007) na obra desenvolvida e publicada pela Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP).

Esta entidade justifica sua atuação no desenvolvimento de projetos pautados por objetivos que pretendem contribuir para “[...] o desenvolvimento de uma consciência crítica nas dimensões pessoal, política, econômica e social educacional” (SILVA; MORAES, 2007, p. 13) dos jovens.

No entanto, o que a PJMP considera como um fator importante para o estabelecimento de uma consciência crítica nas dimensões acima citadas é a participação dos jovens em atividades comprometidas com “[...] ações solidárias num mundo de mais respeito e autonomia entre todos os seres que o compõe” (SILVA; MORAES, 2007, p. 17).

Para a PJMP, a solidariedade:

[...] favorece o protagonismo juvenil, possibilitando a construção de projetos de vida para os jovens, e estabelece pontos de referência nos quais lideranças locais sejam formadas, e hábitos de condutas positivas sejam estimulados. [...] como toda política pública de natureza social, e este é um ponto de polêmica, a política de juventude deve ser universalista, humanista, e adequada ao contexto, mas deve ter também um caráter prático, proporcionado aos jovens de baixa renda, do meio rural e urbano e às mulheres jovens, em particular, serviços emergenciais de atenção. (SILVA; MORAES, 2007, p. 41).

Portanto, a PJMP, ao pautar suas ações na defesa de um protagonismo juvenil centrado na participação comprometida com e engajamento em projetos assistencialistas e reformistas, estabelece uma barreira para a superação da sociedade do capital, uma vez que inibe tanto a percepção sobre os problemas sociais quanto a conscientização sobre a necessidade da erradicação das desigualdades presentes no modo de produção capitalista. O que se prioriza nestas concepções é apenas atenuar ou apazigar os problemas e não superá-los.

É nessa perspectiva que a “compreensão profunda da sociedade capitalista” (TONET, 2012, p. 40), a conscientização sobre as suas limitações, sobre os seus condicionantes, entre outras condições, são essencialmente importantes para o processo de emancipação.

Nesse sentido,

[...] o grande movimento de libertação da humanidade deve ser guiado por um esforço consciente para reconstruir a sociedade, para ultrapassar uma situação na qual o homem está dominado pelas forças cegas da economia de mercado e começa tomar nas mãos o seu próprio destino. Este ato consciente de emancipação não pode ser conduzido com eficácia, e muito menos até o fim, sem que o homem tome consciência do ambiente social em que vive, das forças sociais com que deve enfrentar-se e das condições econômicas e sociais gerais desse movimento para a libertação. (MANDEL, 1979, p. 20).

O que se evidencia nesse contexto é a importância da adesão dos jovens em projetos comprometidos com a percepção crítica sobre o que se oculta nos discursos, nas concepções, nos projetos que aparecam trazer benefícios para a sociedade ou para uma comunidade em particular, mas na prática apenas incorrem no reformismo social, ou seja, no apaziguamento temporário dos problemas apresentados.

As atividades pautadas em projetos de reforma social, além de dificultarem a percepção crítica das contradições presentes na sociedade do capital também inibem a participação política eficaz e comprometida com lutas voltadas para a efetivação de um processo de emancipação. Assim, incorre em uma despolitização criadora de um “[...] um

imenso vazio nas consciências que só pode ser útil à classe dominante” (VÁZQUEZ, 2011, p. 36).

A participação consciente e comprometida com a transformação da sociedade é inibida, pelo que Vázquez (2011, p. 36) chama de “apoliticismo”, fato que impede a classe dominante de imperar seu domínio e fazer valer apenas seus interesses.

O manual *Grêmio em forma*, de autoria do Instituto Sou da Paz, também ilustra as concepções ideológicas que estimulam a despolitização dos jovens. Este documento, tendo como objetivo estimular a criação e a atuação de jovens em grêmios estudantis, sugerindo que o exercício da cidadania esteja articulado com o engajamento do jovem em atividades voluntárias.

Em todo lugar sempre tem algo importante a ser melhorado ou construído. [...] ser cidadão é participar. E participar é ir além de simplesmente criticar. Um verdadeiro cidadão sabe que usufruir de um conjunto de direitos, devendo respeitar um outro conjunto de deveres, é apenas uma parte do significado de cidadania. Cidadãos conscientes sabem que só há cidadania efetiva se houver ação e cooperação na luta por uma sociedade melhor, em que os direitos humanos sejam respeitados e efetivados em sua totalidade. (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2015, p. 14-16).

O exercício da cidadania, de acordo com a perspectiva do Instituto Sou da Paz, deve estar comprometido com a participação, e essa participação só será eficaz se “[...] houver ação e cooperação na luta por uma sociedade melhor” (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2015, p. 14). Dessa forma, a participação engajada em atividades que ressaltam perspectivas de reforma social seria uma ferramenta importante para a transformação da sociedade.

Discursos como esse, na verdade, desconsideram que as mudanças decorrentes do assistencialismo e reformismo são superficiais e não eliminam a miséria, pois, conforme discorrido por Marx (2010) no Parlamento Inglês em 1834, quando se tentou acabar com a pobreza por meio do assistencialismo, o que se conseguiu foi apenas o aumento da pobreza e da mendicância.

É nesse sentido que as reformas pautadas no assistencialismo se inserem como atividades que representam apenas um cumprimento de tarefas previamente determinadas por instâncias superiores e em nada contribuem, pois não preconizam o fim das contradições de uma classe sobre a outra e auxiliam para a manutenção e para a conformação com o sistema de classes.

Considerações finais

As reflexões propostas neste artigo evidenciam que as concepções apresentadas na agenda dos organismos internacionais e adotadas em larga escala por algumas ONGs no Brasil, que entre outras atividades, também desenvolvem projetos para o público juvenil, apenas contribuem para a anulação política do jovem, pois desconsideram que os grandes problemas sociais decorrem da exploração de uma classe sobre a outra.

Conforme pudemos perceber, as políticas para a juventude colocadas em evidência tanto pelo Terceiro Setor quanto pelas agências internacionais contribuem para a inibição da reflexão crítica acerca dos limites e das contradições do atual modelo de sociabilidade, neutralizando, dessa forma, a incursão em um processo de lutas com vistas à emancipação.

No entanto, apesar da existência de limitações, entendemos que a participação juvenil pode se constituir em importante ação em prol do rompimento da exploração apresentada no atual modelo de sociabilidade, visto que o homem “[...] pode controlar seu próprio destino” (GRAMSCI, 1978, p. 38). Assim, os jovens têm a possibilidade de transformar a realidade em que vivem e assim romper com esse sistema dual e injusto.

Entretanto, para que isso ocorra é preciso que os trabalhadores se conscientizem sobre a necessidade e a urgência da superação do modo de produção capitalista. De posse de tal conscientização se engajarão em um processo de lutas direcionadas à emancipação. Nesse processo, os jovens da classe trabalhadora podem exercer importante papel, buscando a ampliação dos direitos sociais e, consequentemente, difundindo um novo conceito para a participação juvenil.

Notas

- 1 Assumem centralidade nesse contexto os seguintes documentos: *Relatório Delors*, elaborado em 1991, a partir da Conferência Geral da Unesco; o documento *Educação e Conhecimento: eixo de transformação produtiva com equidade*, elaborado no ano de 1992 pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe (OREALC).
- 2 Para Peroni (2013), a Terceira Via, como parte das estratégias para as crises econômicas, defende uma política de reforma do Estado. Nesse sentido, o Terceiro Setor se coloca como solução para os problemas sociais. No entanto, este, ao passo que tece críticas às privatizações e ao Estado mínimo do neoliberalismo, defende a redução do papel do Estado na execução de tarefas e empreendimentos que seriam de sua responsabilidade.
- 3 Entendemos, a partir de Wood (2003, p. 193), que a democracia no atual estágio do capitalismo é esvaziada de conteúdo social, visto que deixa intactas as relações de propriedade e de poder, e, como atua apenas no âmbito formal, tem efeito mínimo sobre as desigualdades ou sobre as relações de dominação e exploração.

Referências

ALBUQUERQUE, A. A. *Juventude, educação e participação política*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

AQUINO, L. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Org.). *Juventude e Políticas sociais no Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2009. p. 25-39.

BALL, S. J. *Educação global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

CLEMENTINO, J. V. *As políticas de juventude na agenda pública brasileira*. Fortaleza: Edmeta, 2011.

COSTA, A. C. G. *Tempo de servir: O protagonismo juvenil passo a passo*. São Bento: Editora Universidade, 2001.

_____; VIEIRA, M. A. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. São Paulo: FTD, 2006.

FUNDAÇÃO ODEBRECHET. *A arte de educar x a verdadeira arte de servir*. Disponível em: <www.fundacaoodebrecht.org.br/download.php?i=110>. Acesso em: 15 maio 2016.

GAJARDO, M. Reformas educativas na América Latina: balanço de uma década. In: BROOKE, N. *Marcos históricos da reforma da educação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 333-338.

- GONZALÉZ, J. L. C.; MOURA, M. R. L. Protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 375-392, jul./dez. 2009.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. *Guia grêmio em forma*. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/guia_gremioemforma.pdf. Acesso em: 12 ago. 2015.
- LESSA, S.; TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- MANDEL, E. *Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes*. Lisboa: Antídoto, 1979.
- MARX, K. *Glosas Críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social*. De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____; _____. *Manifesto Comunista*. Edição Eletrônica 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- MONTAÑO, C. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: O papel político-ideológico do terceiro setor. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008. p. 27- 49.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Tirando os acordos do papel: um manual para os jovens avaliarem a política nacional de juventude*. Nações Unidas, 2004. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/porttoolkit.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- PERONI, V. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008. p.111-127.
- _____. *Política educacional e papel do estado no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.
- _____. Redefinições do papel do Estado: parcerias público-privadas e a democratização da educação. *Arquivos analíticos de políticas educativas*, Arizona, v. 21, n. 47, p. 1-17, maio 2013.
- SANFELICE, J. L. Breves reflexões sobre juventude, educação e globalização. In: MACHADO, L. O. (Org.). *Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania*. Frutal: Prospectiva, 2013. p.66-86 .

SILVA, M. R.; MORAES, R. L. *Protagonismo juvenil: desafios e perspectivas*. João Pessoa: PJMP, 2007.

SOUZA, R. M. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Revista Brasileira Adolescência e conflitualidade*, São Paulo, v. 1, p. 1-28, 2009.

TONET, I. *Sobre o socialismo*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

UNESCO. *Guia para participação no IX Fórum de juventude da UNESCO: Juventude e política internacional*. Subsídios para a participação de jovens nos espaços da ONU. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia_participacao_forum_juventude_unesco.pdf. Acesso em: 25 jun. 2016.

UNFPA. *Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento*. Brasília, DF: UNFPA, 2010.

VÀZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WOOD, E. M. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

A
R
T
I
G
O
S

Recebido em 12 ago. 2016 / Aprovado em 16 dez. 2016

Para referenciar este texto

BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F. Juventude e participação social: concepções que orientam ações e políticas para os jovens brasileiros. *EcoS*, São Paulo, n. 41, p. 189-205. set/dez. 2016.

